



MEIO AMBIENTE

Brasil pressiona, na reunião em Bonn, na Alemanha, que países se comprometam com implementação do Acordo de Paris. Porém, há sérias barreiras à efetivação das medidas — como postura do governo Trump e escalada da guerra entre Israel e Irã

Um novo esforço para evitar fracasso da COP30

» RAFAELA GONÇALVES
» FABIO GRECCHI

Antonio Cruz/Agência Brasil



Negociadores climáticos de aproximadamente 200 países estão reunidos desde ontem, em Bonn, na Alemanha, para pavimentar o caminho para a COP30, em novembro, em Belém. Neste encontro, que vai até o dia 26, a expectativa é de obter consensos e avanços, até agora tímidos, para que o evento no Brasil não seja um fracasso. O quadro, porém, não é de otimismo.

“Para ter assuntos debatidos e acordados na conferência, é necessário que esses pontos sejam tratados nesta etapa de Bonn. É como se fosse uma semifinal de um campeonato, que termina em Belém”, explica o secretário-executivo do Observatório do Clima, Márcio Astrini.

“Bonn é uma etapa estratégica para pavimentar o caminho até a COP30. Para que a conferência no Brasil seja um marco na implementação do Acordo de Paris, e catalise a ação climática global, é essencial que os países avancem agora em temas como adaptação, financiamento e transição justa. O Brasil pode ajudar a construir pontes e a promover diálogos construtivos. Mas o sucesso da COP30 dependerá do engajamento coletivo e da ambição de todos”, destaca Alexandre Prado, líder em Mudanças Climáticas do WWF-Brasil.

Não está na pauta apenas a relutância dos países em aumentar o volume de recursos para o financiamento aos programas contra as mudanças climáticas — na COP 29, em Baku, no Azerbaijão, em 2024, o máximo que se conseguiu foi um acordo para destinar cerca de US\$ 300 bilhões anuais até 2035, valor considerado insuficiente, segundo especialistas,

para implementar projetos globais de preservação do meio ambiente. O fantasma do fracasso também se manifesta na forma da postura do governo de Donald Trump sobre o tema e na possibilidade de expansão do conflito armado entre Israel e Irã.

O Brasil lidera o grupo de pressão para que haja avanços. Na terceira carta da presidência brasileira da COP30, divulgada semanas antes da Conferência de Bonn, o embaixador André Corrêa do Lago enfatiza a necessidade de resultados concretos na implementação do Acordo de Paris. Cobra, ainda, que os países “superem a procrastinação e avancem nas



A presidência da COP30 conchama os negociadores a mudarem o tom em Bonn. Em lugar de conflito e impasse, a escuta mútua permitirá aproveitar a diversidade de perspectivas para alcançar resultados”

Carta da presidência da COP30, a cargo do embaixador André Corrêa do Lago



Para ter assuntos debatidos e acordados na conferência, é necessário que esses pontos sejam tratados nesta etapa de Bonn. É como se fosse uma semifinal de um campeonato, que termina em Belém”

Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima

negociações que antecedem a conferência do clima”. “A credibilidade do processo multilateral está nas mãos dos negociadores em Bonn”.

De acordo com Corrêa do Lago, avançar em Bonn sobre questões que, em outros tempos, ficariam para serem decididas na COP, pode contribuir para evitar os riscos e tensões que têm desgastado a confiança nas conferências do clima. “A presidência da COP30 conchama os negociadores a mudarem o tom em Bonn, evitando a todo custo confronto de soma zero e favorecendo uma abordagem de empatia e solidariedade, de forma a complementar uns

aos outros. Em lugar de conflito e impasse, a escuta mútua permitirá aproveitar a diversidade de perspectivas para alcançar sofisticação tanto na colaboração quanto nos resultados”, clamou o embaixador.

Problemas

Mas o encontro de Bonn tem pelo menos três barreiras difíceis de serem superadas: 1) a continuação da guerra na Ucrânia, cujas negociações para o fim do conflito estão emperadas; 2) o desmonte promovido pelo governo Trump das políticas norte-americanas de preservação ambiental. Com o abandono do Acordo de Paris pelos Estados Unidos, isso desestimula os países que integram o G7 e o G20 a se comprometerem com projetos de enfrentamento às mudanças climáticas; e 3) uma guerra em larga escala entre Israel e o Irã mergulhará o Oriente Médio na tensão e na incerteza, o que levará ao adiamento do abandono gradual dos combustíveis fósseis. No caso do petróleo, o conflito provocará alta dos preços internacionais por conta da redução da oferta.

O Brasil mesmo vive uma contradição no que se refere aos combustíveis fósseis, o que fragiliza a cobrança de engajamento dos demais países na luta contra as mudanças climáticas. Em leilão a ser realizado hoje, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) oferece às petroleiras 47 blocos de exploração de combustíveis fósseis na bacia da foz do Amazonas. “É mais ou menos como se você fosse o anfitrião da reunião anual do Alcoólicos Anônimos, que você quer liderar, por exemplo, e no meio da reunião fazer uma festa de inauguração do seu bar. Obviamente que são coisas contraditórias”, critica Astrini. (Com Agência Estado)

RS contestado por desmate no Pampa

» GABRIELLA BRAZ

Especialistas contestam a divulgação, feita pelo governo do Rio Grande do Sul, com base em dados divulgados em maio pelo MapBiomas, de que houve uma redução no desmatamento dos Pampas e de que isso seria resultado de ações da gestão estadual. Isso porque o sistema utilizado para a formulação do *Relatório Anual de Desmatamento no Brasil* (RAD) detecta supressão em áreas de floresta, mas o Pampa é predominantemente formado por campos. Os estudiosos apontam que as autoridades gaúchas estariam distorcendo os números do levantamento.

O bioma, que prevalece sobre o território do Rio Grande do Sul, apresentou uma redução de 42% no desmatamento em relação a 2023. Mas, segundo o MapBiomas, “as reduções observadas em biomas com ecossistemas campestres, principalmente o Pampa (redução de 42%), são atribuídas às áreas de florestas, pois sistemas de detecção de supressão de campos nativos ainda precisam ser aprimorados e integrados ao MapBiomas Alerta”.

Procurado pelo *Correio*, o governo gaúcho afirmou que “apenas repercutiu um dado divulgado no relatório do MapBiomas”. “Tendo em vista o conjunto de ações que vêm sendo realizadas pelo governo gaúcho, que culminou na assinatura do Decreto do Pampa, a Sema [Secretaria de Meio Ambiente do estado] entende que os dados positivos são reflexo das políticas públicas implementadas”, argumenta, por meio de nota.

A queda do desmatamento foi comemorada nos canais oficiais do governo do estado. Na publicação, o Executivo estadual afirma, ainda, que “o bioma tem a menor área de desmatamento do relatório: 0,1% do total, ou 896 hectares” — não destaca, porém, que esses dados se referem apenas às áreas de floresta verificadas no bioma.

Nas redes sociais, a Coalizão pelo Pampa acusa o governo gaúcho de ignorar a perda de vegetação campestre para “comemorar a ilusão do Pampa conservado”. “Ao contrário do que foi alardeado na imprensa e demais mídias, os números divulgados pelo MapBiomas estão longe de

atestar o sucesso das políticas públicas do governo gaúcho, ou de demonstrar valorização de boas práticas ou de diálogo democrático e relação transparente com diferentes setores da sociedade”, afirma, também em nota.

Apenas 12% do Pampa é composto por áreas florestais, segundo o MapBiomas. O bioma tem 32% de vegetação campestre e 45% da área utilizada pela agropecuária. De acordo com a plataforma, de 2012 a 2023 o bioma perdeu cerca de 140 mil hectares de vegetação campestre por ano.

Professor do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Valério Pillar aponta que a divulgação dos dados sem enfatizar que se trata da análise de cobertura florestal gera desinformação. “O desmatamento de florestas no Pampa não é um problema, nunca foi”, aponta.

Segundo o pesquisador, as áreas de floresta do bioma não têm interesse agrícola, ao contrário das zonas campestres. Ele aponta que as principais

Emerson Ribeiro/Divulgação



MapBiomas não detecta os campos que compõem a topografia do Pampa

ameaças dessas regiões são as monoculturas, como a soja, e a silvicultura — processo de reflorestamento para extração de madeira, sobretudo de eucalipto.

“Não são florestas. Quando as árvores crescem, as plantas campestres não sobrevivem”, frisa.

Para Pillar, ainda há fragilidades na legislação ambiental do bioma. “As pessoas pensam que não é floresta, então é mais fácil”, comenta. Segundo ele, apenas da vegetação rasteira, há derrubada das espécies para as atividades de monocultura.

» Inverno promete ser mais quente

O inverno tem início na sexta-feira, às 23h42, pelo horário de Brasília, em meio ao feriado prolongado de Corpus Christi. A estação deve apresentar temperaturas médias a mais altas na maior parte do país, especialmente nas regiões entre o Paraná, o Sudeste, e o Centro-Oeste, onde os principais desvios de temperatura são esperados. “Podemos ter eventos de onda de frio mais intensos, que podem avançar até a região central, mas não serão frequentes”, afirma Paulo Lombardi, meteorologista da Tempo OK. Segundo ele, o fim do inverno, principalmente, será marcado por temperaturas acima do normal, por causa da atuação de uma área de alta pressão na costa do Sul e do Sudeste. No mapa da empresa de meteorologia, é possível observar que a maior parte do país será afetada por temperatura acima do normal, incluindo as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte do Norte. Durante o inverno, são esperados dias mais secos principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, o que intensifica o alerta para a incidência de queimadas e para cuidados com a saúde.